



TOMADA DE PREÇOS nº 001/2012

PROCESSO n.º 018/2011

EDITAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ torna público, para ciência dos interessados, que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, reunindo-se a Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 011, de 04 de fevereiro de 2011, designada pelo Excelentíssimo Vereador Presidente Geovaci Peres de Castro, para recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta, às **14 h, do dia 27 de fevereiro de 2012 (segunda-feira)**, na sede da Câmara, localizada na Praça da Bandeira, 96 – Centro, Jataí-GO. A presente licitação reger-se-á pelas disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus Anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: menor preço.

REGIME DE EXECUÇÃO: execução indireta, empreitada por preço global.

1 - DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem como objeto a **contratação de empresa para fornecimento de materiais e construção de subestação de transformação de energia elétrica 13,8 Kv 225 Kva, rede de alta tensão compacta 13,8 Kv com 32 m, e circuitos de alimentação dos centros de distribuição internos do prédio da Câmara Municipal de Jataí, de acordo com especificações e características mínimas constantes dos Anexos I e II.**

2 - DO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

2.1 - No procedimento licitatório, a Licitante interessada poderá credenciar um representante **habilitado** na seguinte forma:

a) apresentação de Procuração pública ou particular, acompanhada da cópia autenticada ou acompanhada do original do ato de investidura do outorgante, na qual conste expressamente, ter poderes para a devida outorga;

b) no caso de Titular, Diretor ou Sócio da Empresa, este deverá apresentar algum documento que comprove sua capacidade de representar a mesma.



2.2 - A não apresentação ou incorreção no documento de credenciamento não inabilitará a Licitante, mas impedirá o representante portador dos envelopes de se manifestar e/ou responder pela mesma.

2.3 - As credenciais citadas no item 2.1 deverão ser apresentadas no mesmo momento da apresentação dos envelopes citados no item 5.1, juntamente com a Carteira de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

3 - DA HABILITAÇÃO

3.1 Para habilitação à presente TOMADA DE PREÇOS, será exigido dos participantes os documentos abaixo enumerados, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório. Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação desses documentos às repartições competentes, nem cópias ilegíveis, mesmo autenticadas.

- a) cédula de identidade;
- b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertencente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitatório;
- c) prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
- d) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir;
- g) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) prova de regularidade com a Fazenda Federal, compreendendo:
 - Certidão de Quitação de Tributos Federais; e
 - Certidão Quanto à Dívida Ativa da União;
- i) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio do licitante;
- j) prova de quitação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- k) prova de quitação com o INSS - CND;
- l) certidão negativa de falência e de concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da



pessoa física;

- m) declaração expressa do responsável pela Empresa, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, nos moldes do **Anexo III** deste edital.
- n) declaração do atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal (Trabalho do Menor de Idade) **Anexo IV**;

3.2 Os documentos mencionados no subitem anterior devem referir-se exclusivamente ao estabelecimento da licitante, ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela sede, que deverá ser comprovada por documento próprio e estarem vigentes à época da abertura da documentação.

3.3 Para as empresas regularmente cadastradas no SICAF, e que estiverem habilitadas no mesmo, ficarão dispensadas de apresentar os documentos que estiverem dentro da sua validade de que tratam as letras "a" a "m" do subitem 3.1, devendo comprovar seu cadastro regular no SICAF.

3.4. As licitantes não cadastradas e/ou não habilitadas no SICAF poderão habilitar-se previamente por cadastramento nesta Câmara Municipal, até o terceiro dia útil anterior à data marcada para a abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta", mediante a apresentação dos documentos tratados nas letras "a" a "m" do subitem 3.1., devendo ser entregues numerados, de preferência, seqüencialmente e na ordem acima, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.

3.5. As Empresas não cadastradas no SICAF que apresentarem o Certificado de Registro Cadastral – CRC, dentro do prazo de validade, expedido por qualquer órgão ou Entidade Pública e nos termos do Parágrafo 3º do Art.32 da Lei 8.666/93, ficarão dispensadas de apresentar os documentos de que tratam as letras "a" a "m" do subitem 3.1.

4 - DA PROPOSTA

4.1 - A proposta deverá ser datilografada ou impressa e apresentada sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- a) nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), aposição do carimbo (substituível pelo papel timbrado) com o nº do CNPJ e a Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) descrição detalhada do material a ser fornecido e mão de obra conforme especificações dos anexos I e II;



4.2 - A simples participação neste certame implica:

- a) a aceitação de todas as condições estabelecidas nesta TOMADA DE PREÇOS;**
- b) que o prazo de validade da proposta é de 60(sessenta) dias, contados da data estipulada para sua abertura; o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta;**
- c) a inclusão na proposta de todos os impostos, taxas, montagens, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, seguros e todos os materiais necessários ao fornecimento dos materiais, objeto desta licitação, bem como quaisquer outras despesas, inclusive frete e que, se vencedora, a licitante realizá-lo-á pelo valor resultante da sua proposta;**

4.3 - Quando se tratar de Licitantes de outras cidades, informar o nome, endereço e telefone do representante nesta cidade, se existir.

4.4 - Não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, após o início da fase de habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

5 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

5.1 - Até o dia, hora e local designados neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá, em envelopes distintos e devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os envelopes deverão indicar o número desta TOMADA DE PREÇOS e conter, respectivamente, as indicações "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", conforme o caso.

5.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidos documentos de habilitação e propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, o qual se encerrará com a abertura do 1º envelope correspondente à habilitação.

5.3 - Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo a documentação de habilitação e efetuada a consulta quanto à situação das empresas, na forma do item 3.3 deste edital, se for o caso. A Comissão julgando necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos.

5.4 - Ocorrendo interrupção prevista no item anterior, todos os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas, devidamente lacrados, deverão ser rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e Licitantes presentes, ficando em poder daquela até que seja julgada a habilitação.



5.5 - Concluída a fase de habilitação e desde que não exista qualquer impugnação ou recurso pendente de julgamento, ou se todas as Licitantes participantes manifestarem desistência expressa de interpor recurso, intenção esta que deverá constar da Ata a ser lavrada e assinada por todos os participantes, proceder-se-á, imediatamente, à abertura das propostas das licitantes habilitadas, que deverão ser rubricadas folha por folha, por todos os licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

5.6 - Da reunião para o recebimento dos documentos de habilitação e abertura das propostas será lavrada Ata circunstanciada, na qual serão consignados todos os atos e fatos relativos a cada fase, bem como todas as ocorrências que interessarem à Licitação, devendo a mesma ser assinada pela Comissão e por todas as Licitantes presentes.

6 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1 - O julgamento da Licitação será realizado em 02 (duas) fases distintas:

- a) fase de habilitação, que compreenderá o recebimento e a análise dos documentos apresentados no envelope "HABILITAÇÃO" de todas as Licitantes. Só as Licitantes habilitadas passarão à próxima fase, ou seja, a de julgamento das propostas; e
- b) fase de julgamento das propostas, que compreenderá a análise dos elementos contidos no envelope "PROPOSTA" das Licitantes habilitadas.

6.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço, desde que atendidas às especificações desta Licitação e o valor máximo de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

6.3 - Em igualdade de condições de duas ou mais propostas, o empate será decidido através de sorteio realizado em ato público, para o qual todos os Licitantes serão convocados.

6.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e seus Anexos, bem como aqueles que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou manifestamente inexeqüíveis.

6.6 - Será dado como vencedora do objeto pela Comissão Permanente de Licitação à Licitante cuja proposta seja considerada mais vantajosa à Câmara Municipal de Jataí observados os dispostos no item 6 deste Edital.

6.7 - Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao Presidente da Câmara



Municipal de Jataí, para o procedimento de homologação e adjudicação do objeto desta Licitação.

6.8 - O Presidente da Câmara poderá revogar, total ou parcialmente, a presente Licitação, por interesse público e anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, não cabendo às Licitantes direito à indenização, exceto quanto ao caso previsto no artigo 59 da mesma Lei.

7 - DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 - De conformidade com o estabelecido no artigo 86 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, a juízo da Administração será aplicada a multa de 10% (dez por cento) do valor adjudicado, por atraso injustificado na conclusão do serviço.

7.2 - Além do previsto no item anterior e nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, pela inexecução total ou parcial dos compromissos decorrentes do objeto desta TOMADA, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes penalidades:

- a)** advertência;
- b)** multa de 10%(dez por cento) do valor adjudicado;
- c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2.1 - o valor da multa poderá ser automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus.

7.3 - Após a aplicação de qualquer penalidade prevista no item 7.2, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

7.4 - É admissível recursos em qualquer fase da Licitação e das obrigações dela decorrente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação do ato ou da lavratura da ata, nos termos do art. 109, § 6º, da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

7.5 - Os recursos deverão ser elaborados com a observância dos seguintes requisitos:



- a) serem datilografados ou impressos e devidamente fundamentados;
- b) serem assinados pelo representante legal da Licitante ou Procurador legalmente designado e;
- c) serem protocolados no setor de Protocolo da Câmara.

7.6 - O recurso será dirigido ao Presidente da Câmara, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo seguir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

7.7 - Interposto o recurso, será comunicado aos demais Licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, abrindo-se-lhes vistas ao processo, para a mais ampla defesa.

7.8 - Os recursos interpostos fora do prazo previsto no subitem 7.4 não serão conhecidos.

7.9 - É vedada a Licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento, poderá a Comissão Permanente de Licitação ou, se for o caso, a autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do objeto desta TOMADA, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Jataí para o Exercício de 2012, Elemento de Despesa 449051 – Obras e Instalações, conforme informação contida no processo referenciado.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA LICITANTE VENCEDORA

9.1 - A licitante vencedora ficará obrigada a:

- a) Fornecer o material necessário e executar o serviço em estrita conformidade com as especificações exigidas nos **anexos I e II** deste edital;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Câmara Municipal de Jataí;

10 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 - O acompanhamento da execução do objeto desta licitação dar-se-á, através de servidor designado para este fim.



11 - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado de forma global, em favor da licitante vencedora, até o 10º (décimo) dia após a conclusão da obra adjudicada e a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente discriminada, na sede da Câmara.

11.2 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A participação nesta Licitação implica na aceitação, plena e irrevogável, do que é expresso neste Edital e seus Anexos, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

12.2 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou ao Presidente da Câmara em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação ou da proposta;

12.3 - Decairá do direito de impugnar os termos da TOMADA DE PREÇOS perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

12.4 - A Comissão Permanente de Licitação poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis caso comprove qualquer fato superveniente, só conhecido após o julgamento, que desabone a idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa desse proponente;

12.5 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente procedimento licitatório;

12.6 - A Comissão Permanente de Licitação poderá recorrer a setores técnicos internos ou externos, a fim de obter parecer que possibilite melhor análise de documentos ou de julgamento das propostas;

12.7 - Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o de vencimento, prorrogando-se este, automaticamente, para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, quando recair em data que não haja expediente na Câmara Municipal de Jataí, exceto quando for explicitamente disposto o contrário;



12.8 - Não serão admitidos consórcios ou grupo de empresas para o fornecimento do objeto desta Licitação;

12.9 - A Licitante é responsável pela fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

12.10 - Se a licitante vencedora deixar de cumprir os prazos estabelecidos nesta licitação, para a qual foi adjudicada, sem justificativa por escrito encaminhada ao Presidente da Câmara, aceita por esta, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades previstas no item 7 deste e no artigo 87 da Lei nº 8.666/93;

12.11 - Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, o objeto correspondente da presente licitação poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto ao prazo e preço ou revogá-los (art.64 §2º da Lei 8.666/93);

12.12 - O resultado desta licitação será publicado na Imprensa Oficial, salvo se presentes os representantes no ato em que foi adotada a decisão lavrada em ata ou feita a comunicação direta aos interessados;

12.13 - A Comissão Permanente de Licitações, no interesse público, poderá sanar, relevando omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

12.14 - A empresa interessada poderá obter cópias deste EDITAL e seus Anexos, bem como, informações e esclarecimentos relativos a esta Licitação, na sala da Procuradoria Jurídica da Câmara, a um custo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), as cópias dos Anexos I e II.

12.15 - O presente Edital encontra-se publicado no site oficial da Câmara: <http://www.camarajatai.go.gov.br/portal/>.

12.16 - Fica eleito o Foro da Comarca de Jataí-GO, para dirimir as questões oriundas deste EDITAL.

Jataí, 16 de janeiro de 2012.


Simone Roveda de Lima de Melo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ANEXO III

TOMADA DE PREÇOS Nº001/2012

PROCESSO Nº 018/2011

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ
ou CIC nº _____, sediada _____ (endereço
completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente
data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório,
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

nome e número da identidade do declarante.



ANEXO IV

TOMADA DE PREÇOS Nº001/2012

PROCESSO Nº 018/2011

DECLARAÇÃO

Declaramos, em atendimento ao previsto na licitação em epígrafe, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei 9.854/99).

Jataí-GO, ____ de _____ de 2012.

Assinatura e Carimbo
(representante legal)



ANEXO V

TOMADA DE PREÇOS Nº004/2011

PROCESSO Nº 018/2011

PROPOSTA DE PREÇO (MODELO)

Proposta que faz a Empresa

CNPJ nº _____, para fornecimento de materiais e construção de subestação de transformação de energia elétrica 13,8 Kv 225 Kva, rede de alta tensão compacta 13,8 Kv com 32 m, e circuitos de alimentação dos centros de distribuição internos do prédio da Câmara Municipal de Jataí,, conforme estabelecido nesta Licitação.

Os nossos preços ofertados na presente licitação são os constantes a seguir:

Jataí-GO, ____ de _____ de 2012.

Assinatura e Carimbo
(representante legal)



ANEXO VI

MINUTA CONTRATO ____/2012

Tomada de Preços 001/2012

Processo nº 018/2011

Contrato para fornecimento de materiais e construção de subestação de transformação de energia elétrica 13,8 Kv 225 Kva, rede de alta tensão compacta 13,8 Kv com 32 m, e circuitos de alimentação dos centros de distribuição internos do prédio da Câmara Municipal de Jataí, celebrado com a empresa

.....

Pelo presente instrumento de contrato de compra e venda que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39, com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, s/n, Centro – Jataí-GO, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **Geovaci Peres de Castro**, brasileiro, casado, portador da CI-RG nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, situada na _____, _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da C.I nº _____, inscrito no CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais e construção de subestação de transformação de energia elétrica 13,8 Kv 225 Kva, rede de alta tensão compacta 13,8 Kv com 32 m, e circuitos de alimentação dos centros de distribuição internos do prédio da Câmara Municipal de Jataí, com alicerce na Lei nº 8.666/93, com suas alterações, na Lei nº 10.520/2002, e no Edital Tomada de Preços nº 003/2011, devendo ser observadas as seguintes cláusulas:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato será regido pela Lei nº 8.666/93, ficando os contratantes sujeitos às normas desta, e pelas disposições da Lei nº 8.078/90 que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **contratação de empresa para fornecimento de materiais e construção de subestação de transformação de energia elétrica 13,8 Kv 225 Kva, rede de alta tensão compacta 13,8 Kv com 32 m, e circuitos de alimentação dos centros de distribuição internos do prédio da Câmara Municipal de Jataí, conforme especificações contidas nos Anexos I e II.**

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS NORMAS DE EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato deverá ser efetivado mediante as especificações técnicas referentes ao mesmo contidas nos Anexos I e II.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES/DIREITOS DAS PARTES

4.1.1 – Constituem obrigações / direitos da contratante:

4.1.2 - Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nas cláusulas quarta e quinta.

4.1.3 - Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

4.1.4 - Rescindir o contrato, inclusive nos casos especificados na Lei 8.666/93;

4.1.5 - Aplicar sanções motivadas, pela inexecução total ou parcial do contrato, incluída a advertência, suspensão do direito de licitar com a Câmara Municipal de Jataí-GO e declaração de inidoneidade;

4.2 - Constituem obrigações/direitos da contratada:

4.2.1 - A CONTRATADA compromete-se a fornecer o veículo em conformidade com as especificações técnicas contidas no edital;

4.2.2 - Manter as condições de habilitação durante a vigência do contrato.

4.2.3 - Ser remunerado pelo fornecimento do veículo requisitado pela Contratante, mediante apresentação de Nota Fiscal;

4.2.4 - Responsabilizar-se por todo o cumprimento do objeto, conforme preceitos da lei Civil,



Criminal, especialmente na forma prevista na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme pactuado no presente Termo de Contrato;

4. - Atender outras condições, conforme a proposta apresentada;

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1 - O valor global do presente contrato é de R\$ ----- (-----);

5.2 - Para efeito do recebimento, a contratante pagará ao Contratado os valores referentes ao fornecimento do objeto desta licitação, conforme Nota Fiscal, que será emitida à Contratante. Sem a emissão da nota fiscal, a documentação não será processada para pagamento;

5. - O pagamento será efetuado no prazo, máximo, de até 10 (dez) dias após entrega da Nota Fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas desta licitação correrão por conta da Dotação Orçamentária:

44.90.51 – Obras e Instalações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Compete ao Chefe de Administração o acompanhamento e controle da execução deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A Contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato conforme os permissivos legais estatuidos pela Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA ou licitante vencedora, sujeitando-as às penalidades de advertência, multa, suspensão do direito de licitar e contratar e à declaração de inidoneidade, conforme previstos nos artigos 86/88 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, além do encaminhamento ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pela Câmara Municipal de Jataí-GO.

9.2 - O contrato ficará de pleno direito rescindido em caso de inexecução, total ou parcial (arts. 77 e 78 da lei 8.666/93), ficando a Câmara com o direito de (art. 55, IV, lei 8.666/93)



retomar os serviços e aplicar multas no contratado, além de exigir, se for o caso, indenização.

Parágrafo Único – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado sujeitando-o as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Jataí-GO pelo prazo de 02 anos
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Jataí-GO na forma prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

A contratante fará a publicação do extrato deste contrato para os efeitos legais previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Jataí-GO para dirimir toda e qualquer dúvida ou litígios decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, celebram e firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único fim de direito, obrigando-se por si e sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Jataí-GO, ____ de _____ de 2012.

Geovaci Peres de Castro
Presidente da Câmara Municipal de Jataí-GO

Contratada

TESTEMUNHAS: _____